

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

AMANDA MAGALHÃES SILVA

**O protagonismo das mulheres na Associação dos Cortiços do Centro e
a cidade interpretada por uma perspectiva de gênero**

São Paulo

2020

AMANDA MAGALHÃES SILVA

**O protagonismo das mulheres na Associação dos Cortiços do Centro e
a cidade interpretada por uma perspectiva de gênero**

Trabalho de Graduação Integrado (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, da Universidade de São Paulo, no
intuito de obter o título de bacharela em
Geografia.

Área: Geografia Urbana

Orientadora: **Prof. Dr^a. Simone Scifoni**

São Paulo

2020

À minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Não foram poucos os momentos que eu pensei que não daria conta. De concluir o curso, de viver sozinha em São Paulo, de conciliar o trabalho remunerado e as matérias a cumprir. Porém, sempre tive comigo dona Edna, que me ouvia pelo telefone em noites de desamparo. Me fortalecia ao dizer que acreditava em mim, me dava colo e conselhos quando o mundo pesava. Obrigada, mamãe. Eu te amo.

Já seu Élcio foi o responsável por colocar na minha cabeça a importância dos estudos e do trabalho. As bases de uma formação, a importância da mulher se sustentar. Seu desejo em me ver “independente”, que, segundo ele, foi um dos seus objetivos de vida, fez com que eu conquistasse algumas coisas das quais me orgulho. Espero te orgulhar também. Obrigada, papai. Eu te amo.

Douglas, meu amigo, meu irmão. Acompanhar você crescer foi uma das coisas mais insanas e mágicas que já me aconteceram. A cada conversa que temos sobre a vida eu tenho mais certeza sobre a sua inteligência, empatia, sensibilidade. Eu amo ser a sua irmã. Eu te amo. Obrigada.

Ao Arthur, Bia, Carol, Fabíola e Manolo. Se estou concluindo a graduação, vocês têm uma grande parcela de responsabilidade nisso. Obrigada pelas conversas, pelos memes motivacionais, pelos conselhos, puxões de orelha. Pelas viagens e noites de festas. Pelas cervejas nos bares como pretexto para desafogar as mágoas. Sem vocês, meus amigos, eu seria uma pessoa infeliz.

À Simone Scifoni, minha orientadora, que aceitou me orientar com paciência, cuidado e carinho. Muito obrigada pela compreensão em relação aos meus horários e ao meu tempo. Sou muito grata por sua disposição em me ajudar com a composição do meu TGI.

Às mulheres da ACC, que me acolheram desde o primeiro momento e compartilharam as suas vidas. Estar ao lado de vocês fez com que eu me desenvolvesse em diversos âmbitos.

Conhecer Santos por seus olhares foi imprescindível para que eu evoluísse e entrasse em contato com a cidade de um outro modo. Muito obrigada.

À turma de 2017 de jornalismo da faculdade Unisanta, e ao professor Francisco. Obrigada pelas fotos, e por toda a assistência prestada para que eu registrasse os relatos colhidos nas visitas às áreas encortiçadas.

Por fim, a todos que de algum modo fizeram parte do meu percurso até aqui, seja por causa da USP, ou por qualquer outra vivência fora dela durante o meu tempo de graduanda. Aos que somaram ideias e percepções que me fizeram pensar de outras formas, enriquecendo meus argumentos e referências, muito obrigada.

RESUMO

Silva, Amanda. **O protagonismo das mulheres na Associação dos Cortiços do Centro e a cidade interpretada por uma perspectiva de gênero.** 2020. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O capitalismo estrutura o espaço de acordo com as relações desiguais que estabelece para alcançar a acumulação infinita de riquezas. A partir desse processo, espacialidades desiguais e hierarquizadas se materializam como consequência, perpetuando as opressões de classe. Grupos de resistência popular surgem com o intuito de confrontar a violência despendida pela elite ao se organizarem e influenciarem a feitura do urbano por meio de reivindicações. O presente trabalho propõe-se a analisar a atuação majoritária feminina na Associação dos Cortiços do Centro, órgão político autogestionado e localizado no bairro do Paquetá, em Santos-SP, por uma perspectiva geográfica, ao compreender o espaço desigual e contraditório como produto das relações capitalistas. Logo, a contextualização do papel da mulher na sociedade foi feita a fim de evidenciar as estruturas opressoras e condizentes com os lugares a elas designados.

Palavras chave: Geografia urbana; Movimentos sociais; Gênero; Produção do espaço

ABSTRACT

Silva, Amanda. **The role of women in Associação dos Cortiços do Centro and the city from a gender perspective.** 2020. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The capitalism system structures the space according to the unequal relations, established to achieve the infinite accumulation of wealth. From this process, unequal and hierarchical spatialities are materialized as a consequence, perpetuating class oppressions. Popular resistance groups appear to confront the violence spent by the elite, when they organize and influence the making of the urban through demands. This research intends to analyze the majority of women in the Association of Cortiços do Centro, a self-managed political group located in the Paquetá neighborhood, in Santos-SP, from a geographical perspective, by understanding the unequal and contradictory space as a product of capitalist relations. Therefore, the contextualization of the role of women in society was made in order to highlight the oppressive structures and consistent with the places assigned to them.

Keywords: Urban geography; Political groups; Gender; Production of space

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cidade de Santos e bairros insulares	11
Figura 2	Estação São Paulo Railway, no Valongo em 1905	17
Figura 3	Evolução das áreas encortçadas no centro histórico	21
Figura 4	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social aplicado ao mapa de Santos	23
Figura 5	Gráfico de distribuição dos domicílios segundo a utilização do banheiro	25
Figura 6	Gráfico de distribuição dos cortiços segundo número de famílias	25
Figura 7	Sobrados germinados transformados em cortiços, no bairro do Paquetá	26
Figura 8	Maria Aparecida em frente ao cortiço onde reside	28
Figura 9	Mulheres na construção do Vanguarda, em 2009	32
Figura 10	Samara explica as diretrizes do projeto nas construções do Edifício Vanguarda	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Associação dos Cortiços do Centro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
Cosipa	Companhia Siderúrgica Paulista
CIESP	Centro de Indústrias do Estado de São Paulo
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
PCS	Programa Crédito Solidário
HIS	Habitações de Interesse Social
MNLM	Movimento Nacional da Luta por Moradia
CMP	Central de Movimentos Populares
UNMM	União Nacional de Movimentos de Moradia
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
AMAVILA	Associação de Moradores e Amigos da Vila Itororó
MMMO	Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

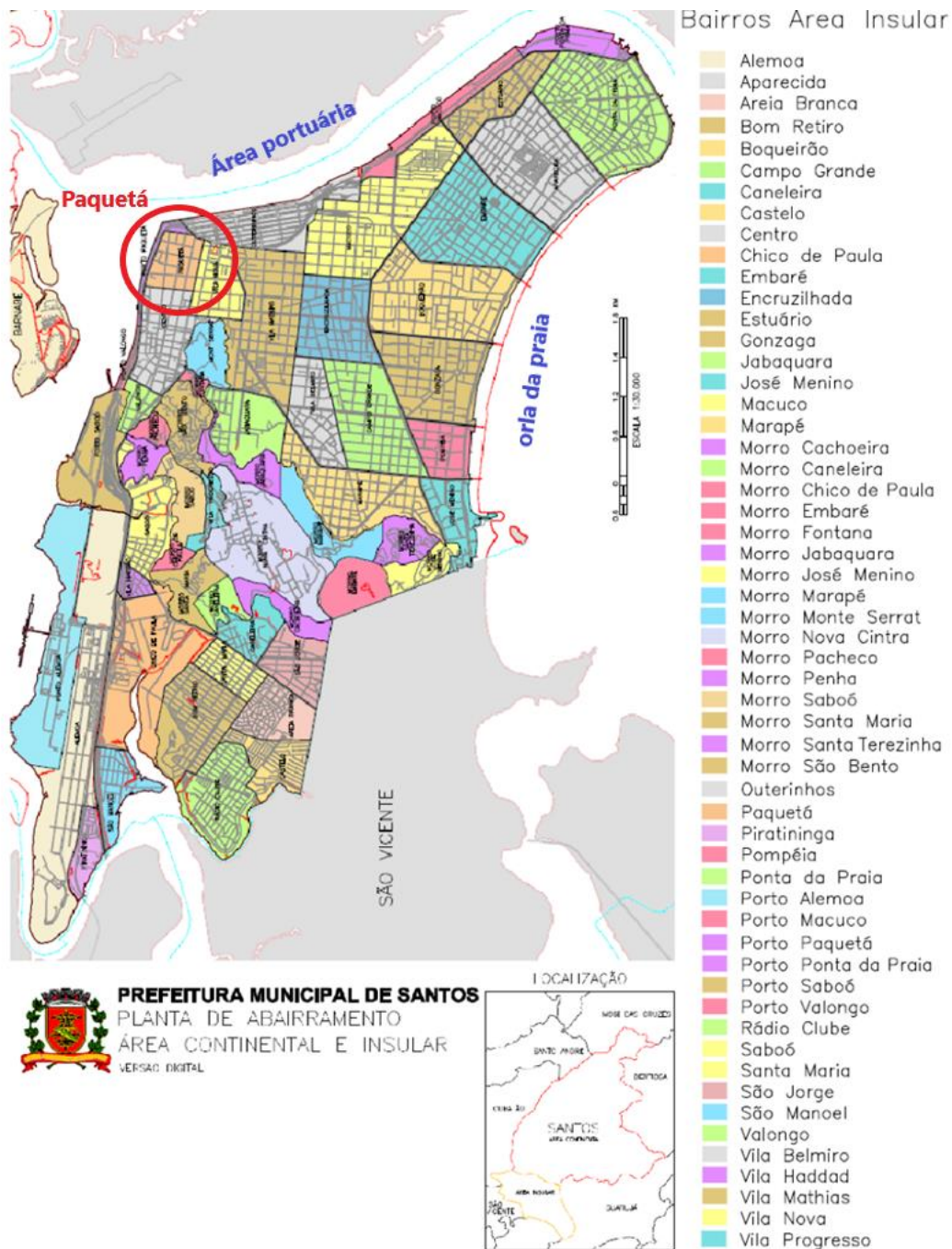
SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Os conflitos santistas: da colônia aos dias de hoje.....	15
2.1 No cais, o açúcar e café saíam.....	15
2.2 Características socioeconômicas santistas	22
3. O cotidiano nos cortiços	27
3.1 Relatos das moradoras e as condições habitacionais	27
3.2 A ACC: militância, mutirões e projetos autogestionados.....	30
4. As mulheres nos movimentos sociais por moradia e a cidade interpretada por uma perspectiva de gênero.....	35
4.1 A divisão sexual do trabalho e a mulher como a dona do lar	35
4.2 A cidade desigual como materialização da lógica capitalista	39
4.3 As mulheres e os movimentos sociais por moradia	42
5. Conclusão	45
6. Referências Bibliográficas	47

1. INTRODUÇÃO

Santos é uma cidade histórica, que abriga contradições materializadas em seus bairros. Foi constituindo-se a partir da relevância portuária, desde a gênese do território brasileiro (BARBOSA, 2000), e atualmente dispõe de expressiva atuação econômica, resultado das iniciativas industriais, do funcionamento do porto, do turismo e do comércio. Hoje conta com 433.966 habitantes, e seus bairros estão situados de acordo com a seguinte divisão:

Figura 1: Cidade de Santos e bairros insulares



Fonte: Prefeitura Municipal de Santos, 2019 (adaptado)

Sua prosperidade permitiu os espaços destinados à elite crescerem e estamparem as fotos de cartões postais vendidos nas lojas santistas de souvenir. Porém, essa é uma realidade coexistente aos espaços submetidos à espoliação urbana (KOWARICK, 2000), compostos por moradias precárias, desprovidas dos subsídios básicos e necessários à sobrevivência digna de quem as habita.

Os morros, com os declives que se impõem à construção de uma infraestrutura sólida e planejada, a zona noroeste, erguida em áreas alagadiças de mangues, e o centro, onde há grande quantidade de casas seculares, deterioradas pela passagem dos anos, são os lugares onde reside a população mais pobre do município¹.

Diferente dos morros e mangues, a área central se mostra conflituosa por ser potencialmente lucrativa aos olhos do empreendedorismo, como o setor turístico, comercial e, conseqüentemente, o imobiliário, e por possuir raízes profundas que asseguraram o espraiamento da cidade. Salvaguarda edifícios históricos, ocasionando a necessidade de se identificar a gentrificação implícita no discurso tecido pela Prefeitura (SANTOS, 2011), quando propôs, e ainda propõe, a chamada “revitalização” do lugar através de medidas fomentadoras do comércio e turismo.

Hoje nos casarões constam múltiplos cômodos, muitos sendo ocupados por famílias numerosas, que convivem de modo a dividir o cotidiano com diversas outras, sem garantias de privacidade, e são caracterizados como cortiços.

Esse foi o contexto motivador do surgimento da Associação dos Cortiços do Centro (ACC) nas atuais configurações. Na década de 1990, Samara Faustino assume a presidência da Associação e sua gestão modifica inteiramente a regência antecessora, porque rompeu com os interesses políticos que serviam para beneficiar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), até então, detentor dos trâmites administrativos do órgão.

Todos os integrantes participam das medidas que visam inteirá-los de modo apartidário as ações da Prefeitura. Projetos de cunho social passam a ser organizados e colocados em prática pelos próprios moradores.

Existem dois projetos com maior significância, dado o retorno imediato e benefício direto à comunidade: a padaria “Um só coração” e o ateliê “Raízes corticeiras”, onde são confeccionadas bijuterias de chita pelas integrantes. Ambos compostos, inteiramente, por mulheres.

¹ Informações constantes no Plano Municipal de Habitação de Santos, elaborado pela Prefeitura Municipal de Santos, 2009.

Além de participarem das iniciativas rentáveis, elas também são as mais atuantes nas decisões políticas quanto às reivindicações por moradia e melhores condições para os cortiços. Justamente nesse fato reside a problemática e intenção de pesquisa do presente trabalho: analisar o protagonismo das mulheres nas ações da ACC, e compreender se o engajamento político exercido por elas gera o empoderamento necessário para emergirem às esferas públicas, a primeiro momento inalcançadas, já que o patriarcado se coloca como um empecilho à essa conquista. Ademais, será lançada luz a como agir por intermédio da ACC permite se apropriarem do espaço urbano, também renegado, porque essas mulheres constituem o grupo minoritário enquanto classe social, existente à margem do sistema capitalista.

É necessário a esse debate esmiuçar as esferas concernentes ao público e privado, opostas uma à outra, e derivativas da divisão sexual do trabalho. De acordo com Hirata e Kergoat (2007):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado [...]. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 67).

Através da assimilação dos lugares ocupados e designados socialmente a cada gênero, solidificam-se as bases teóricas para entender, ainda, porque são as mulheres as protagonistas na luta por moradia.

Há a intenção de contextualizar o estudo de acordo com as concepções acerca do espaço, este hoje produzido e reproduzido sistematicamente pelo capitalismo (CARLOS, 2011), gerando o espaço urbano como a objetivação da sociedade capitalista. O valor de uso e valor de troca se encontram em disputa. Segundo Lefebvre (2001):

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. (LEFEBVRE, 2001)

Serão levados em consideração os movimentos sociais e a relevância que possuem ao exigirem o direito à cidade, portanto, o valor de uso do espaço. A importância é agravada quando observamos lideranças femininas tomarem a frente da luta.

Foram estabelecidas etapas para a composição. Em primeiro momento, uma reunião de textos basilares aos assuntos. Depois, visitas à ACC, à padaria comunitária, aos cortiços e às

edificações do condomínio Vanguarda II, este, em processo de construção. Por fim, a análise foi redigida, disposta e segmentada em três capítulos: o primeiro visa levantar dados relacionados ao município de Santos e compreender o que desvelam sobre os seus contrastes sociais e as relações conflituosas pertinentes à moradia. Além disso, aborda o processo de formação dos cortiços na área central e a instituição do bairro do Paquetá, onde está localizada a ACC. Dados estatísticos e mapeamentos foram utilizados de acordo com o material disposto a livre acesso pela Prefeitura Municipal de Santos, pela Fundação SEADE e pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU).

No segundo capítulo é exposto o cotidiano nos cortiços através de entrevistas, fotos, e relatos das moradoras; como se dá a convivência no bairro; quais foram as experiências que tiveram nos anos de residência em cortiços; a relação com os vizinhos e de que forma atuam na ACC.

Já no último capítulo são trabalhadas as dinâmicas das mulheres nos movimentos por moradia, e por qual motivo elas são a maioria no protagonismo dessa luta. Qual acesso passam a ter ao espaço urbano e quais as autonomias conquistadas quando deixam a esfera do lar.

O recente levante conservador no Brasil compeliu seguidos retrocessos e violências despendidas às mulheres. O momento pede urgência na abordagem de questões de gênero na produção e uso do espaço urbano em diversos âmbitos e também na construção de pesquisas capazes de trazerem à tona os anos de atraso em relação ao assunto, com o intuito de, por meio da elucidação de paradigmas, dizimar qualquer ideário preconceituoso propagado ao longo do desenvolvimento da sociedade. Reconhecer e fortalecer lideranças femininas também são ferramentas empoderadoras capazes de confrontar a realidade opressiva existente no cotidiano. Portanto, a intenção do estudo é contribuir com este debate ao tecê-lo no campo de análise da geografia.

Sendo assim, tornou-se inviável a construção de um Trabalho de Graduação Integrado que não estivesse ancorando esse tema, porque, enquanto ciência geográfica, requeremos pesquisas que explanem, notadamente, a situação da mulher.

2. CONFLITOS SANTISTAS: DA COLÔNIA AOS DIAS DE HOJE

Detentora de uma área utilizada pelas naus portuguesas, a cidade de Santos se desenvolveu pareada ao ritmo das mais expressivas práticas econômicas despendidas no país. Serviu de lugar para conflitos relacionados à população e à cidade, decorrentes do crescimento desordenado, este, um efeito colateral da repentina expansão dos engenhos de cana-de-açúcar, do café e das atividades industriais. Cada um desses ciclos econômicos se encontra estacionado em tempos históricos distintos.

Hoje observamos organizações como a ACC colocarem-se frente à espoliação², quando mobilizam forças e meios capazes de agirem contra as decisões públicas. Para compreender o cenário atual, é necessário retomar os aspectos fundantes e condicionantes do passado santista. A historicidade será levada em conta por meio dos dados da época, para que na segunda e terceira parte sejam expostas as questões sobre os bairros do centro, especificamente, o Paquetá.

2.1 No cais, o açúcar e café saíam

A área litorânea, hoje pertencente aos municípios de Santos e São Vicente, foi ocupada e utilizada para atividades portuárias pelos homens brancos e europeus. Antes mesmo de ser nomeada e reconhecida como polo administrativo da capitania, a ilha de São Vicente abrigava o Porto dos Escravos, controlado pelo Barão de Cananéia, e servia como lugar de concentração do tráfico de mão de obra escrava e da troca de mercadorias fornecidas aos viajantes que atracavam no cais. Quando Martim Afonso, a mando da Coroa, explora e mapeia os recursos passíveis de uso pela colônia, reconhece como estratégico o lugar para estabelecer comunicação entre as diversas localidades apropriadas pelos portugueses. Porém, já havia um vilarejo e certa atividade econômica com 30 anos de existência, composto por degredados, desertores e náufragos.

Em 1532 as sesmarias são divididas e, conseqüentemente, tomadas por um maior contingente de colonos, que passam a controlar as terras e a organizar administrativamente os loteamentos. O porto, onde hoje está a cidade de Santos, se mostrava mais estável quando

²O conceito de espoliação urbana foi utilizado de acordo com Lúcio Kowarick: “[...]somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta” (KOWARICK, 2000).

comparado ao anteriormente construído em São Vicente, pois não apresentava inseguranças em relação aos movimentos das marés. Portanto, se torna a principal via de acesso marítima.

Somados aos territórios de economia portuária e comercial estavam os engenhos de cana-de-açúcar. Ao todo, foram construídos três³, prosperaram por alguns anos e findaram suas atuações quando o ciclo da cana-de-açúcar se fortaleceu no Nordeste e tomou o protagonismo econômico na colônia.

Com a derrocada desses engenhos, a área se manteve ativa apenas pelo tráfico de escravizados, pelo comércio e, principalmente, pelas atividades portuárias até o fim século XIX. Como diz Lanna (1999) em seu artigo, essa data é o marco das mudanças na cidade, responsável pela vitalidade santista, atrelada à expansão cafeeira. A dinâmica urbana emerge expressivamente relacionada ao porto. Matos (2004) acrescenta:

A cidade de Santos constituiu-se com múltiplos referenciais: a praia, os morros, os canais, mas foi em torno do porto que a problemática da cidade foi delineada enquanto questão – a chamada “questão urbana”. Esse processo constituiu-se atravessado pelos pressupostos da disciplina e da cidadania, passando a cidade a ser reconhecida enquanto espaço de tensões. (MATOS, 2004, p. 2)

80% da produção cafeeira foi exportada através dos cais santistas em 1864. Com a inauguração da ferrovia Santos-Jundiaí em 1867, pertencente ao complexo ferroviário São Paulo Railway, o escoamento de todas as mercadorias e o recebimento de cargas importadas passam a ser, obrigatoriamente, operações feitas na cidade a mando dos órgãos governamentais (BARBOSA, 2000). Cria-se no bairro do Valongo a principal estação de trem, instituindo na área central de Santos um polo aglutinador dos fluxos de pessoas provindas das mais diversas localidades do país e do mundo.

³ Nomeados como: Engenho da Madre de Deus, Engenho do Trato, e Engenho São João (conhecido como Engenho São Jorge dos Erasmós).

Figura 2: Estação São Paulo Railway, no Valongo em 1905.



Fonte: Viva Santos, 2006

Graças à associação entre a zona portuária e as influências da São Paulo-Railway, o centro se expande e passa a abrigar as mansões das famílias pertencentes à elite cafeeira, à burguesia e aos idealizadores da Companhia das Docas de Santos, grupo empresarial investidor na organização e infraestrutura do porto. Mello (2008) ressalta que a região do Valongo fomentava o tecido urbano quando contemplava as residências dos trabalhadores portuários e imigrantes atuantes no comércio local. A Vila Nova e Vila do Paquetá (vide Figura 1) surgem adjacentes, e tornam-se os destinos das famílias mais abastadas, as quais eram responsáveis pela construção dos casarões e edifícios históricos, remanescentes atualmente. Sobre os novos bairros, Santos (2011) escreve:

Era Santos uma pequena cidade que começava a se expandir de sua primitiva área, quando sua população mais abastada, procurando sair da área [correspondente ao atual Centro Histórico] que já se popularizava, foi-se concentrando entre o Paquetá e a atual avenida Campos Sales, entre a avenida Senador Feijó e a faixa portuária, cujo bairro se situa, hoje, entre os bairros do Centro, Paquetá, Vila Matias e faixa do porto. Passou a ser, então, o bairro mais moderno e mais “chique” de Santos [...]. (SANTOS, 1996, apud MELLO, 2008, p. 31)

Vivendo sua ascensão econômica, Santos prospera de acordo com os padrões das mais relevantes cidades brasileiras. Apesar disso, o consequente crescimento populacional, repentino e em curto período, gerou espacialidades desassistidas. As taxas habitacionais saltaram de

15.505, no ano de 1886, para 50.399 em 1900⁴, e o bairro do Valongo era o principal destino dos imigrantes.

Na década de 90 do século XIX ocorre uma grande epidemia de febre amarela, levando a óbito 7.497 pessoas. Concomitantemente à moléstia são desencadeados surtos de outras doenças, como peste bubônica, varíola e tuberculose (LOPES, 1975). Documentos sanitaristas da época relatam as condições higiênicas das habitações nos bairros centrais como o principal fator patogênico, frisam as precariedades vivenciadas pela população e incitam ações imediatistas para auxílio aos indivíduos encortiçados⁵.

A situação se estende até 1896, quando o estado de São Paulo aprova obras para o saneamento nas cidades de São Paulo, Campinas e Santos. Saturnino de Brito, principal idealizador das reformas nas grandes capitais, como Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, traçou os planos urbanísticos e sanitaristas que seriam postos em prática. A principal preocupação era o escoamento das planícies alagadiças, porque os bairros santistas localizavam-se entre córregos, ribeirões e brejos, fonte da proliferação de bactérias, vírus e fungos.

A medida tomada consistiu em segmentar a parte insular em canais. Desse modo, toda a água represada seria direcionada para as faixas dispostas de ponta a ponta na cidade, ligando as mais remotas áreas ao mar. Hoje, inclusive, as construções integram o cotidiano dos cidadãos ao serem pontos referenciais, e ainda atuam minimizando os efeitos da vazão pluvial em épocas de chuvas intensas.

Com as reformulações urbanísticas, Santos se transvestiu de Paris da *Belle Époque* ao intencionalizar a prática do binômio “civilização e progresso” (ELIAS, 1994, *apud* MATOS, 2004). Prédios suntuosos foram erguidos para abrigar funções administrativas e burocráticas, como a Alfândega, substituindo a antiga igreja matriz santista, e a Bolsa do Café. O Mercado Municipal, Teatro Guarany, Hotel Atlântico e Parque Balneário foram construídos para atrair os empresários e os turistas (ESKINAZI, 2018).

A partir desse novo cenário, surgem os conflitos urbanos decorrentes das intenções de progresso e inovação, contrastantes às moradias precarizadas situadas principalmente no bairro do Valongo. Ações truculentas passam a ser despendidas pela Comissão Sanitária, quando esta recebe carta branca para

⁴ Dados coletados no recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1872 e disponibilizado pela biblioteca do IBGE, e no documento “Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900”, constante no acervo do Senado Federal. Acesso em 10 de outubro de 2019.

⁵ Transcritos do Barão de Jaguará, 17 de maio de 1889 (Arquivo do Estado de São Paulo, *apud* LOPES, 1975).

[...] demolir os cortiços e outras sub-moradias que estivessem em condições ‘condenadas’, desalojar famílias e queimar seus pertences. Iniciou-se então uma implacável ação de demolição dos barracos e cortiços, permeada de ações brutais que despertaram grande revolta na população de baixa renda, à qual não se apresentava outra alternativa habitacional. (MELLO, 2008, p. 108)

Portanto, entende-se que ao aspirar à modernização e aos preceitos progressistas urbanísticos, o Estado em momento algum levou em conta ou tratou com a devida seriedade a questão de moradia dos habitantes de baixa-renda. Houve apenas uma breve intenção em realocar as famílias encortiçadas em unidades habitacionais. Idealizadas pelo poder público, as unidades seriam construídas pela Companhia Construtora de Santos, firma criada em 1912 e dirigida por Roberto Simonsen. Inicialmente, o plano contava com a entrega de 2.000 casas nas regiões próximas ao porto, a partir do sopé do Monte Serrat. Todavia, sob alegações de não serem lucrativos, os projetos foram abandonados (ESKINAZI, 2018).

Lanna (1999) frisa a situação dos trabalhadores que utilizavam o nem sempre reconhecido direito de ir e vir numa espacialidade cada vez mais europeizada, impositiva aos modos de vida, e problematiza a contradição existente entre a reforma da cidade e sua “higienização”. Diz que a preocupação com o progresso culminou em uma segregação física e social que

[...] reforçava as tradições coloniais de alijamento da população da política, da negação da escravidão e do negro, da busca de um povo branco. Levou a que capitalistas privados se interessassem pela formulação e implementação de planos urbanísticos que modelariam a cidade para si e seus iguais. (LANNA, 1999, p. 103).

A autora ainda enfatiza o momento transitório e conflitivo entre uma cidade com características primordialmente coloniais para uma unidade urbana aos moldes da crescente economia cafeeira, com as proeminentes questões sociais atreladas à moradia:

Em fins do século XIX assistimos à emergência da questão social. Se a pobreza era um dado permanente, se a introdução do país no mundo capitalista era um fato, se as classes populares viviam de forma não condizente com a civilidade desejável, se eram pobres e, pior ainda, negros promíscuos e vagabundos, então o país não tinha um povo que sustentasse o seu (das elites) projeto nacional. A habitação emerge como chave de enfrentamento da questão social nesse recorte. Tratava-se de impor um padrão desejável de moradia unifamiliar, privatizado. Exigia-se trabalho fixo, endereço fixo. Essas transformações se fizeram impostas numa sociedade autoritária e com longa tradição de desqualificação do trabalhador. Expulsar, demolir, impor, foram estratégias utilizadas, afirmavam as elites, porque responderiam à urgência dos temas a serem enfrentados. O não reconhecimento das formas populares de apropriação e uso do espaço foi recorrente. (LANNA, 1999, p. 106)

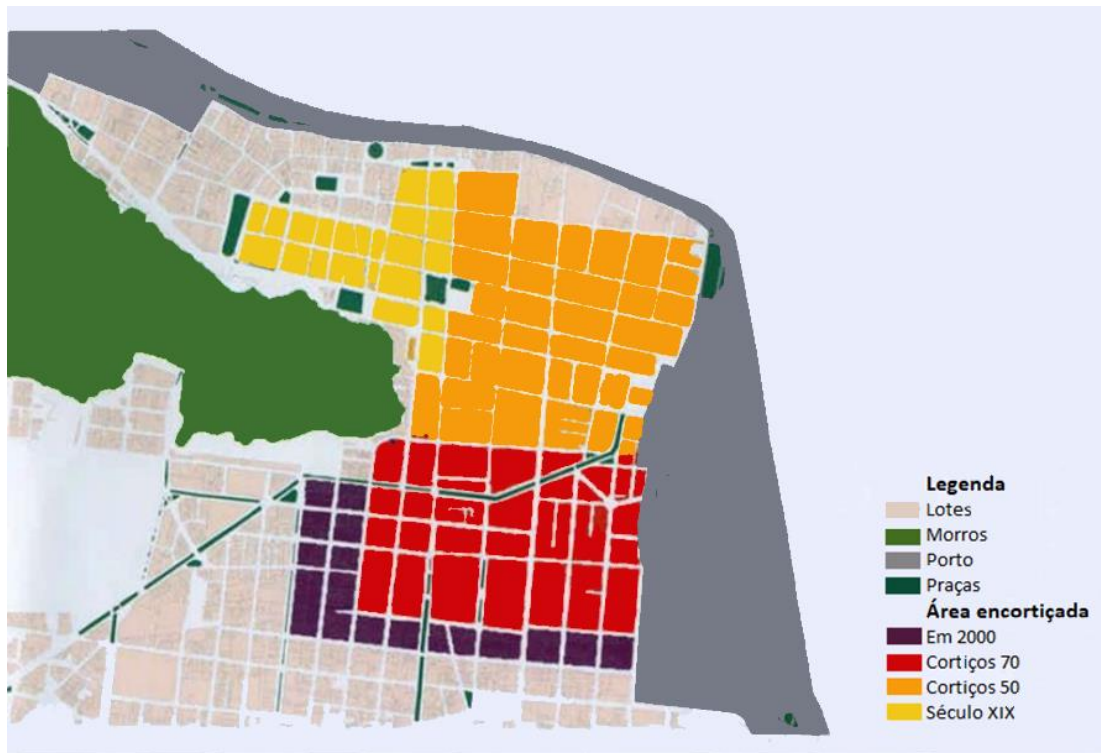
A partir das reformas sanitárias, com a drenagem dos brejos e retificação de corpos d'água das planícies santistas, ocorre o espraiamento de novos bairros em direção à orla da praia. A linha de bonde, construída por Mathias Costa, é considerada um facilitador na locomoção, e as primeiras áreas próximas à faixa de areia são tomadas pelas famílias abastadas, que deixam seus casarões para indivíduos repartirem em pequenos cômodos, visando sublocar para as vulneráveis e numerosas famílias.

Eskinazi (2018) discorre especificamente sobre o fim do ciclo do café em 1930. A cidade passa por breve recessão econômica, já que logo a supera com o novo ciclo industrial instalado em Cubatão. Uma leva de ocupações dos morros, mangues e outras localidades do centro histórico se inicia com a vinda de pessoas oriundas das mais remotas áreas.

A degradação do centro acelerou-se a partir desse momento. Esse é um fenômeno observável nas maiores cidades do mundo, porque o processo de industrialização fomenta novos usos do solo urbano (SANTOS, 2011). Harvey (2008) explica-o, inclusive, como sendo parte da absorção de excedente de capital, ligado à expansão urbana e responsável por, a partir de novas obras e constituições de centros comerciais e residenciais, colocar em circulação o capital acumulado pela elite. Somado ao crescimento populacional, está a submissão dos bairros mais antigos do município a deterioração, consequência de diferentes formas de produção e uso que não mais utilizam a infraestrutura do centro histórico (casas, ruas, prédios administrativos e transporte) e que, portanto, tornam-se obsoletas, inaptas para receber as demandas advindas com o avanço do capitalismo. Esse processo será melhor detalhado no capítulo 3.

O sistema industrial posteriormente passa a ser substituído pelo financeiro e, desse modo, o solo urbano novamente se adequa às novas configurações de organização espacial. (SANTOS, 2011). Observa-se a não existência de períodos de estagnação, apenas a multiplicação e maior incidência de áreas encortçadas em diferentes bairros. O mapa a seguir elucida esse avanço: em amarelo, está representado o Valongo, que desde a sua gênese contou com grande número de casas sublocadas. Depois, Paquetá e Vila Nova passam a abrigar, majoritariamente, cortiços. Por fim, Vila Mathias e segmentos da Vila Belmiro também expressam números significativos.

Figura 3: Evolução das áreas encortiçadas no centro histórico



Fonte: CDHU (2002)

No século XIX o total de cortiços chegava a 771 unidades. Como explica Santos (2008), em uma cidade onde não havia mais de 3.000 prédios no total, conclui-se que pouco menos da metade de toda a população morava em cortiços. Porém, ao observar o mapa da figura 3, vemos que a expansão desse tipo de moradia se deu de forma mais expressiva durante os anos 50 e 70. São décadas que coincidem com a inauguração da rodovia Anchieta, em 1947, com a implantação da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em 1953, e com o surgimento de petroquímicas e outras atividades industriais na década de 70 (o CIESP pode ser um exemplo da notável concentração desse tipo de atividade nesse decênio na cidade, inaugurado em 1971).

Conclui-se que, a partir das propostas de emprego nessas instituições, um contingente de trabalhadores migrou das diversas localidades do país e se instalou nas áreas centrais de Santos, porque eram casas mais baratas, geograficamente perto das indústrias e do porto.

2.2 Características socioeconômicas santistas

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) possui dados concernentes às localidades de Santos de acordo com vulnerabilidades da população⁶. São 7 grupos de vulnerabilidade, onde os indicadores definidos são: domicílios particulares, domicílios particulares permanentes, número médio de pessoas por domicílio, renda domiciliar nominal média, renda domiciliar *per capita*, domicílios com renda *per capita* de até um quarto do salário mínimo (%), domicílios com renda *per capita* de até meio salário mínimo (%), renda média das mulheres responsáveis pelo domicílio, mulheres responsáveis com menos de 30 anos (%), responsáveis com menos de 30 anos (%), responsáveis pelo domicílio alfabetizados (%), idade média do responsável pelo domicílio e crianças com menos de 6 anos no total de residentes. Para que uma leitura das localidades de Santos seja feita abrangendo a compreensão de suas espacialidades altamente desiguais, a seguir estão descritos cada um:

Grupo 1 – *Nenhuma Vulnerabilidade* : engloba os setores censitários em melhor situação socioeconômica (muito alta), com os responsáveis pelo domicílio possuindo os mais elevados níveis de renda e escolaridade. Seus responsáveis tendem a ser mais velhos, com menor presença de crianças pequenas e de moradores nos domicílios, quando comparados com o conjunto do Estado de São Paulo.

Grupo 2 – *Vulnerabilidade Muito Baixa* : abrange os setores censitários que se classificam em segundo lugar no Estado, em termos da dimensão socioeconômica (média ou alta). Nessas áreas concentram-se, em média, as famílias mais velhas.

Grupo 3 – *Vulnerabilidade Baixa* : formado pelos setores censitários que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica e seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias jovens e adultas.

Grupo 4 – *Vulnerabilidade Média* : composto pelos setores que apresentam níveis médios na dimensão socioeconômica, estando em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Nesses setores concentram-se famílias jovens, isto é, com forte presença de chefes jovens (com menos de 30 anos) e de crianças pequenas.

Grupo 5 – *Vulnerabilidade Alta* : engloba os setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), estando entre os dois grupos em que os chefes de domicílios apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas.

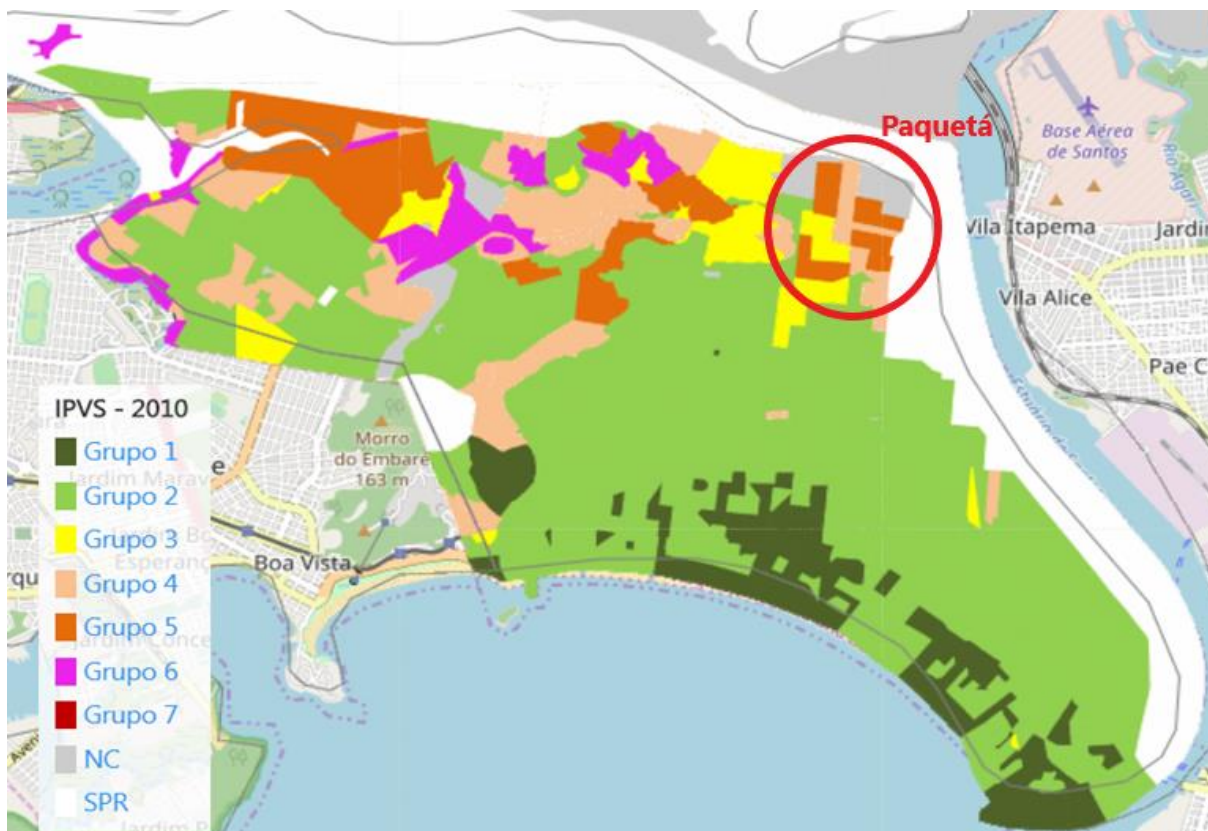
Grupo 6 – *Vulnerabilidade Muito Alta* : o segundo dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração de famílias

⁶ São levantamentos realizados pela Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), feitos em 2010. A importância do trabalho de mapeamento das áreas vulneráveis e maior detalhamento das características da população é ressaltada no documento oficial, ao justificar: “O IPVS se apoia conceitualmente em dois pressupostos, sendo o primeiro a constatação de que as inúmeras dimensões da pobreza precisam ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social. [...] a vulnerabilidade à pobreza não se limita a considerar a privação de renda, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso aos serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas, etc. (Fundação SEADE, 2010)”

jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza. (SEADE, 2010)

Através do mapeamento dos grupos e suas incidências em Santos, observa-se a classificação aplicada nos bairros na seguinte figura:

Figura 4: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social aplicado ao mapa de Santos



Fonte: Fundação SEADE, 2010. (adaptado)

O bairro do Paquetá, onde está localizada a ACC, enquadra-se nos grupos 4 e 5. Já a orla da praia está, majoritariamente, dentro do grupo 1 e 2⁷.

⁷Partindo do número 417.890 de habitantes, de acordo com o censo de 2010, estão dispostas o levantamento feito sobre os grupos 1, 2, 4 e 5, para efeitos comparativos: **O Grupo 1** (baixíssima vulnerabilidade): 46.411 pessoas (11,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$7.405 e em 1,0% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 56 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 5,5%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 6,1% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 4,3% do total da população desse grupo. **O Grupo 2** (vulnerabilidade muito baixa): 291.502 pessoas (69,8% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$3.864 e em 3,6% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 53 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 7,3%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 7,0% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 5,4% do total da população desse grupo. **O Grupo 4** (vulnerabilidade média - setores urbanos): 36.366 pessoas (8,7% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.760 e em 20,0%

São dados que desvelam as altas desigualdades e confirmam as áreas onde a população é submetida ao descaso e à falta de políticas públicas efetivas.

Em 2003, foi realizado um levantamento específico da população encortiçada de Santos: do total de 417.983 habitantes, um universo de 14.500 eram residentes do Paquetá, Vila Nova e parte da Vila Matias, e a amostra consistiu em 1.238 moradores integrantes de 412 famílias. Nos aspectos sociais destaca-se que a população é predominantemente jovem: 41% possui de zero até 19 anos, 60% de zero até 29 anos e somente 15% está acima de 50 anos. A maioria das famílias possui até três pessoas (68%) e estas são de naturalidade do Estado de São Paulo. Foi constatado que 23% das famílias têm apenas um filho e as que possuem um número acima de quatro filhos compõem a minoria com apenas 8%. A baixa renda familiar predominante pode ser explicada pela baixa escolaridade. Dos chefes de família, 10% são analfabetos e 67% possuem apenas o curso fundamental incompleto. Já nos aspectos econômicos conclui-se que 93% dos chefes de família estão economicamente ativos, porém apenas 47% tem atividade profissional formal com comprovação de renda. A maioria dessas pessoas recebe até R\$ 400, representando 73% da amostra, e 40% recebe menos de R\$ 200. No que se refere às questões físicas, a maior parte das famílias (86%) ocupa apenas um cômodo nas residências e foram verificados que, em alguns casos, essas famílias têm um número alto de componentes habitando esse local sem condições físicas para essa demanda. Quanto aos vínculos urbanos da população encortiçada, o censo revela que grande parte dos moradores dos cortiços vive no Município há mais de 15 anos (46%), sendo que 26% do total permanece no mesmo bairro há mais de 15 anos⁸.

As condições habitacionais nos cortiços também foram dispostas pela Secretaria Municipal de Planejamento, em 2003. A seguir constam alguns gráficos a respeito da funcionalidade e condições das casas das áreas analisadas:

deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 48 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 10,6%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 9,8% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 8,5% do total da população desse grupo. O **Grupo 5** (vulnerabilidade alta - setores urbanos): 9.855 pessoas (2,4% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.512 e em 23,3% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 43 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,8%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 21,2% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 11,0% do total da população desse grupo. (Fundação SEADE, 2010)

⁸ Pesquisa realizada pela Secretaria de Planejamento (Seplan).

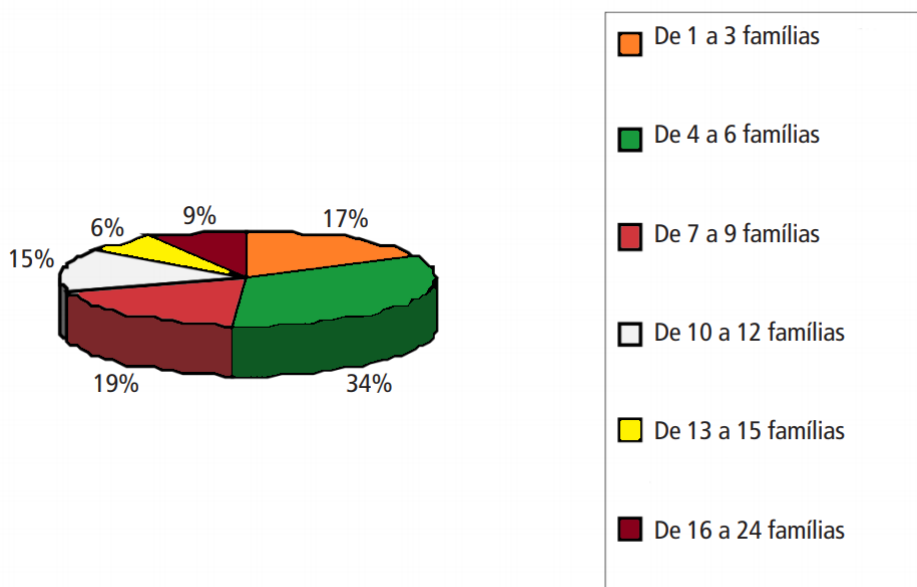
Figura 5: Gráfico de distribuição dos domicílios segundo a utilização do banheiro



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, 2003 *apud* SANTOS, 2011 (adaptado)

Esse dado, de que apenas 9% das habitações contam com banheiros privativos, evidencia uma das principais características da vida em cortiços: a insalubridade. A necessidade de utilizar um mesmo banheiro é um obstáculo na manutenção da higiene do cômodo. Além disso, a falta de privacidade também interfere no funcionamento das dinâmicas das famílias.

Figura 6: Gráfico de distribuição dos cortiços segundo número de famílias



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, 2003, *apud* SANTOS, 2011 (adaptado)

Já o gráfico da Figura 6 dispõe as porcentagens representativas dos números de família por casa. Observa-se que a maioria dos imóveis conta com 4 a 6 famílias (37%), seguido pelo número de 19% para a quantificação de 7 a 9 famílias conviventes, sendo possível constatar o tamanho das habitações e a forma de divisões. As casas que abrigam de 4 a 6 famílias geralmente são sobrados germinados, tendo esse tipo de construção uma maior incidência nos bairros do Paquetá e na Vila Nova (exemplo de sobrado germinado na figura 7). Já as casas

com maior quantidade de famílias são os casarões históricos, porque dispõem de maior espaço, e concentram-se no Valongo.

Figura 7: Sobrados germinados transformados em cortiços, no bairro do Paquetá



Fonte: Sonhos de Vanguarda. Eduarda Gouveia, 2019.

Os dados convergem para a discussão sobre o direito à moradia digna em Santos. Lugar de consecutivas disputas e conflitos urbanos, o centro histórico abriga os descasos do poder público, sendo vítima de ineficientes políticas. Para elucidar e humanizar a pauta, é necessário dar um enfoque sobre como é o cotidiano nos cortiços, quais são as reivindicações dos indivíduos que os habitam, suas maiores dificuldades e suas conquistas.

3. O COTIDIANO NOS CORTIÇOS

Havia mulheres sentadas em cadeiras plásticas, em frente às portas pequenas e estreitas das casas onde moravam. Vigiam as crianças brincarem no asfalto da rua, amamentavam os recém-nascidos em seus colos, e conversavam com os homens de passagem pela calçada. Um caminhão antigo tinha a boleia aberta, e algumas pessoas estavam em pé ao entorno para observar a fumaça subir do motor. Essa foi a cena com a qual nos deparamos, quando Samara Faustino, liderança na ACC, nos conduziu para que conhecêssemos os entornos da padaria comunitária Um Só Coração, no dia 26 de outubro de 2019.

A partir de quatro visitas, duas feitas de forma independente, e duas em conjunto com a classe do segundo ano de jornalismo da faculdade Unisanta, as imagens, as entrevistas e as vivências a seguir relatadas foram colhidas. Uma vez que o objetivo dos universitários era desenvolver conteúdo para concluir a disciplina de Jornalismo Comunitário sobre a realidade dos cortiços, algumas imagens do presente estudo advieram do resultado desse projeto. Além disso, trechos do documentário “Mudar sem se mudar”⁹ também foram usados para complementar as falas das integrantes da ACC.

3.1 Relatos das moradoras e as condições habitacionais

A preocupação principal, responsável por determinar as perguntas feitas às moradoras, era compreender o dia-a-dia e a dinâmica que estabeleciam com os seus vizinhos e com as suas famílias. Os depoimentos de Gradsnay Faustino, Samara Faustino e Joaquina do Socorro foram gravados (com autorização das entrevistadas e todas sendo previamente informadas). Como já são atuantes na militância por moradia na região, apresentaram objetividade ao responderem as questões. As demais moradoras foram indagadas de modo informal. Possivelmente, o uso de um gravador inibiria a coleta de dados a seguir dispostos, então anotações curtas foram feitas e as fotos foram tiradas ao fim das conversas (com o consentimento das entrevistadas).

Ana Maria Santana tem 37 anos e há 13 mora em um cômodo de um dos cortiços da Avenida São Francisco, no Paquetá. Tem duas filhas, e as sustenta sozinha por meio de trabalhos informais, sendo eles, em sua maioria, como faxineira nas casas dos bairros de classe média da cidade. Quando indagada sobre o motivo de permanecer em cortiços, respondeu que

⁹ Documentário “*Mudar sem se mudar*”. Roteiro, direção e edição por Junior Castro e Fábio Oliveira. 2013.

saiu da periferia dos morros santistas para o Paquetá por uma questão de proximidade e de maior acesso aos locais de Santos, pois o uso do transporte público é mais fácil na área do centro histórico. Conta que são muitos os momentos de incerteza, sobretudo, por causa das ações policiais, que frequentemente culminam em invasões às casas. Segundo a moradora, eles entram sem mandado, em qualquer cômodo, não importando se violam a intimidade dos residentes. Em uma dessas batidas, sofreu um despejo de madrugada: teve os seus pertences atirados na rua sem saber o motivo, porque o aluguel havia sido pago por ela e, portanto, acreditava que todas as suas dívidas estavam em dia. Ressaltou a importância de Samara Faustino nesse episódio, já que ela viabilizou doações de suprimentos básicos, além de ter encontrado outro quarto para Ana Maria permanecer.

Maria Aparecida Monteiro estava em frente à sua casa. Tem 73 anos, e há 38 vive nos cortiços. Hoje é vizinha de Ana Maria, já que mora também na Avenida São Francisco. Sempre fez parte das reivindicações por moradia, e se vê como muito presente e atuante na militância ao longo da sua vida, tendo realizado etapas práticas, como ocupar lugares fechados e montar guarda durante os turnos à noite. Em sua juventude, Maria Aparecida relata que se prostituiu e criou os seus 12 filhos. Quando indagada sobre a sua experiência na região, falou sobre algumas ocasiões onde sofreu violência, despendida por seus companheiros e pela polícia. Disse que por meio da luta, e em união com Samara e demais moradoras, conseguiu garantir o básico, como a casa em que mora hoje.

Figura 8: Maria Aparecida em frente ao cortiço onde reside



Fonte: Por dentro. Milena Estela, 2019.

Gradsnay Faustino, filha de Samara, tem 30 anos e é mãe de dois filhos. Morou a vida inteira na região, trabalha como recepcionista no hospital Guilherme Álvaro, no bairro do Boqueirão, e hoje assume o posto de presidente da ACC. Quando indagada sobre a sua atuação política e sobre os anseios da população do Paquetá em relação aos projetos de assistência habitacional¹⁰, ela diz que:

[...] é o que motiva todo mundo a... a... Todo mundo não, tem gente que já desistiu, eu não vou mentir, tem gente que não... aguenta esperar, já desistiu, não participa mais, acha que não vai sair e é normal, é super normal. Mas eu falo que no meu caso, a minha mãe mora em cortiço, minha vó mora em cortiço, eu morei em cortiço, eu falo que o que me motiva a continuar é que os meus filhos não vão mais, é, que vai ser outra realidade. (depoimento de Gradsnay Faustino – 26 de outubro de 2019)

Foi-lhe perguntado sobre os jovens da região e suas perspectivas. Gradsnay respondeu que muitos vão para a criminalidade, não sendo comum concluírem os estudos e a maioria não cogita ingressar no ensino superior. A evasão escolar e a falta de motivação em relação ao futuro, portanto, é uma constante nas comunidades encortiçadas. Partindo da questão de precariedade da vida, da marginalização e da espoliação, o déficit educacional é um dado que compõe múltiplas análises socioeconômicas. Em sua tese sobre a relação entre as condições de moradia e o desempenho escolar de crianças residentes em cortiços, Kohara (2009) atrela diretamente os prejuízos do desenvolvimento dessas crianças às condições precárias de habitação, enfatizando as características específicas dos cortiços como os fatores diretamente condicionantes, empecilhos de um bom desempenho dos alunos e das dinâmicas familiares. A exemplo, o autor primeiro elenca a rotatividade habitacional como um impeditivo de manter a rotina escolar, porque:

As constantes mudanças de moradia, mesmo que não sejam por meio de despejos e por motivos de ameaças, é um fator que exige reorganização, muitas vezes, tendo a família que se desfazer de materiais, equipamentos e mobiliários. Além disso, acarreta muitos prejuízos aos vínculos de amizade e de pertencimento a grupos sociais. A repercussão dessa instabilidade [...] pode não aparecer de imediato, devido a outras condições pessoais e familiares, mas a vida escolar vai acumulando prejuízos significativos ao longo dos anos. (KOHARA, 2009, p. 196)

¹⁰ Projeto Edifício Vanguarda. A partir do financiamento por meio de Crédito Solidário, no mandato do PT, de Luiz Inácio Lula da Silva, a comunidade encortiçada recebeu verbas para a construção do Edifício Vanguarda I, contendo 113 apartamentos que seriam destinados aos moradores da região. Depois, com a criação do programa Minha Casa, Minha Vida, a segunda unidade habitacional prevista, o Edifício Vanguarda II, foi idealizada com 68 apartamentos. O processo de construção foi posto em prática a partir de mutirões, como será mais bem detalhado neste capítulo. Hoje, devido ao corte de verbas estabelecido pelo governo federal desde 2013, as obras encontram-se abandonadas.

Depois, o autor ressalta a falta de segurança e as atividades ilícitas como desestabilizadoras do cotidiano, por possuírem a capacidade de aliciar os membros das famílias e até mesmo os indivíduos em idade escolar. Sobre o uso comunitário dos banheiros, pontua a falta de privacidade e a dificuldade de manutenção de higiene básica de todos os residentes, sendo esse, no caso das crianças, um motivo para que episódios de discriminação sejam praticados por colegas de sala de aula (KOHARA, 2009). Por último, evidencia a falta de camas, falta de janelas, e a insalubridade dos ambientes devido ao acúmulo de mofo e à proliferação de pragas, como entraves para manter uma rotina de estudos.

Mesmo a tese de Kohara (2009) sendo especificamente direcionada ao monitoramento e problematização do desempenho de crianças e adolescentes na escola, desvela dados necessários para compreender a vida em habitações comunitárias. O autor ainda elucida as condições das infraestruturas dos cortiços e as suas implicações diretas na vida das famílias residentes. Conclui-se que, de diferentes maneiras, a habitação coletiva interfere no desenvolvimento sadio e compromete o futuro das comunidades encortçadas.

Ao prosseguir com as entrevistas, os rumos dos depoimentos convergiam para a Associação dos Cortiços do Centro (ACC). A organização apartidária é uma constante na vida dos moradores, e a atuação das mulheres na militância por melhores condições, não só habitacionais, mas sim de vida como um todo, é a responsável por movimentar grande parte das lutas travadas contra o poder público.

3.2 A ACC: militância, mutirões e projetos autogestionados

A primeira visita para colher as entrevistas foi feita no dia 21 de setembro de 2019, de forma independente. O destino era a padaria comunitária Um Só Coração, que ocupa o andar térreo da ACC, e onde era possível estabelecer diálogo de modo mais objetivo. Duas mulheres trabalhavam enquanto os seus netos brincavam nas mesas em frente ao balcão. Foi exposto o interesse em saber como a ACC se articula, porque esse era um item caro à composição do presente estudo. Logo, Joaquina do Socorro, de 73 anos, relatou que instituições universitárias as visitam frequentemente com o propósito de compreender a realidade nos cortiços, e que, portanto, não era estranha a solicitação para entrevista-la.

Joaquina nasceu no interior do Maranhão, e há 33 anos reside no Paquetá. Quando foi indagada sobre como começou a trabalhar na padaria, disse:

A Samara era presidente da associação, e aí eu trabalhava no mutirão e depois eu vim pra cá, né, pra poder ajudar. E essa padaria é pra gerar renda pra gente, né, no caso. E aí a Samara falou: tu vai pra lá porque tu já fica fazendo as coisa lá, e a gente faz bolo, pão, a gente vende comida. (depoimento de Joaquina do Socorro – 21 de setembro de 2019).

Referenciou o Instituto Elos¹¹ como o viabilizador do projeto para tornar a constituição da padaria autogestionada pelas trabalhadoras uma realidade. Dessa parceria, a ACC concretizou projetos onde as mulheres fossem diretamente beneficiadas. Na entrevista no documentário *Mudar sem se Mudar*, Joaquina diz:

Quem escolheu ‘Um só coração’ fomos nós, as mulheres, as doze mulheres que estavam nesse empreendimento de “Um só coração”. Aí nós tava numa reunião e o Edgar que era da assessoria do Elos, Instituto Elos... Ele: bom, vocês vão botar um nome nesse projeto de vocês, como é que vocês querem? Nós queremos ‘Um só coração’. Por que? Porque nós éramos doze mulheres muito unidas (depoimento de Joaquina do Socorro para o documentário *Mudar sem se mudar*, 2013).

Além da padaria, um projeto inteiramente composto pelas mulheres, há também o “Raízes corticeiras”, um ateliê de bijuterias feitas com tecidos de chita, confeccionadas pelas mulheres moradoras dos cortiços. Por meio da assessoria técnica da ONG, o ateliê conseguiu comercializar no exterior as peças fabricadas, instituindo, inclusive, um ponto fixo de vendas em Boston. Esse feito garantiu uma fonte de renda com certa estabilidade às participantes, restituindo suas autoestimas e colaborando com a independência financeira das envolvidas.

Os mutirões aos quais Joaquina se referiu foram praticados em meados de 2008. Após a 3ª Conferência das Cidades, promovida Conselho das Cidades¹², redefiniram-se as normas vigentes e lançaram o Programa Crédito Solidário 2 (PCS). Entre as inovações, estava a maior disponibilidade de recursos para a habitação por meio de entidades autogestionadas (como é o caso da ACC), além do comprometimento federal em ceder os seus imóveis ociosos para a construção de Habitações de Interesse Social (HIS), sendo a ACC a primeira entidade a ser beneficiada pela União. Com o PCS posteriormente aprovado, as famílias decidiram atuar em esquemas de mutirões para baratear as obras, além do abate nas parcelas mensais obrigatórias a cada núcleo, de R\$ 125,00 ao longo de 20 anos. Por meio de reuniões, assembleias e da autogestão em todas as etapas, os moradores repartiam as tarefas e horas de trabalho (ESKINAZI, 2018).

¹¹ Organização santista sem fins lucrativos. Surgiu em 2000 e elabora projetos em comunidades desassistidas ao estabelecer canais de contribuição para realiza-los.

¹² Órgão constitutivo do Ministério das Cidades da época.

Sobre o cotidiano nas construções dos Edifícios Vanguarda, Joaquina relatou a atuação majoritariamente feminina. Muitas mulheres realizaram funções socialmente designadas aos homens, como carregar sacos de cimento e levantar paredes de tijolos. Para evidenciar o acontecimento, ela expôs a foto a seguir:

Figura 9: Mulheres na construção do Vanguarda, em 2009.



(Fonte: acervo da ACC)

Quando indagada sobre como enxergava essa atuação na militância feita, em sua maioria, por mulheres, Joaquina respondeu que é a mulher que toma conta do lar, e que por isso é ela que luta pela casa, para garantir o bem-estar da família.

A respeito da ACC em si, o órgão surgiu em 1996, com a regência do PSDB. Era, portanto, partidário. Em 2003, Samara Faustino se integrou na organização assumindo o posto de secretária. Devido à sua atuação concisa e frequente nas assembleias, foi indicada para o posto de presidência. E desde então, mobiliza as ações no bairro, engaja as demais moradoras, coordena e centraliza os polos de militância sem vínculos com qualquer partido político.

Samara Faustino tem 61 anos e três filhos. Nasceu em São Paulo e foi trazida por sua mãe para a baixada santista com poucas semanas de vida. Portanto, passou todos os seus anos na região, estabelecendo sua história e conexões com o bairro e com a comunidade local. Samara defende a permanência da população encortiçada no bairro do Paquetá, porém com melhores condições habitacionais, tangíveis por meio da entrega do Edifício Vanguarda.

Coloca-se contra o descaso e contra a injustiça presente nos esforços da elite de demover a comunidade do local, e por isso se engaja na militância. Sobre sua mãe, Gradsnay diz:

Pra mim é a... assim, a porta voz daqui do centro, a porta voz da comunidade, a pessoa que consegue falar com mais clareza, que consegue cobrar de verdade as questões que falta aqui pro centro. Assim, não foi num... não é, ainda não é nem metade dos problemas que a gente tem, mas muita coisa tá se resolvendo, muita coisa, e assim. O que eu acho mais bonito assim nela é que... ela não vai sozinha lá cobrar fechar fazer uma reunião de porta fechada. Ela leva a comunidade inteira. Se por exemplo o prefeito marcar uma reunião, ela leva todo mundo pra falar com ele, não... não tem fechamento com nada (depoimento de Gradsnay Faustino para o documentário “Mudar sem se mudar”, 2013).

Figura 10: Samara explica as diretrizes do projeto nas construções do Edifício Vanguarda



(Fonte: Por dentro. Bárbara Pitta)

Em 2011, Samara deixou o posto de presidência para a filha. Um dos motivos foi o fortalecimento do seu vínculo com movimentos sociais por moradia, como o Movimento Nacional da Luta por Moradia (MNLN), a Central de Movimentos Populares (CMP) e a União Nacional de Movimentos de Moradia (UNMM), este último, possuindo um órgão específico

para as mulheres, a Secretaria de Mulheres da UNMM. Continua presente como líder comunitária, assistindo à população encortçada das mais diversas formas.

Sua militância, e das demais mulheres, viabiliza a luta por moradia em Santos. Mostra-se um dado constituinte de um padrão macro, ao observar a liderança feminina nesse tipo de militância em outras cidades do Brasil, como será exposto no capítulo a seguir.

4. AS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA E A CIDADE INTERPRETADA POR UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

A atuação majoritariamente feminina na ACC levanta questões concernentes à motivação desse cenário. Por que são as mulheres que lideram as iniciativas nesse tipo de militância, e quais espaços urbanos conquistam a partir dela? A associação santista estudada mostra-se um recorte, e soma-se às estatísticas quando são observadas as demais organizações de reivindicação por moradia. A discussão feita nesse capítulo busca, portanto, responder a essa pergunta com base em uma análise sobre a divisão sexual do trabalho, sobre movimentos sociais urbanos e sobre o direito à cidade, essa, entendida como o resultado das materializações das práticas capitalistas.

4.1 A divisão sexual do trabalho e a mulher como a dona do lar

É perpetuada ao longo da história a posição superior em diversos âmbitos ocupada pelo homem em detrimento da mulher. Os alicerces desse fato advêm da ideologia naturalista¹³, responsável por criar o estereótipo de que elas são frágeis e vulneráveis por serem femininas. Portanto, devem ser resguardadas à esfera do lar, protegidas por seus maridos, e desempenhar a função de mãe no intuito de gerar e aumentar a sua família.

Essas distintas funções entre os gêneros sempre foram vistas por etnólogos como uma repartição complementar das tarefas nas sociedades. Mas foram as estudiosas feministas que lapidaram o conceito de divisão sexual do trabalho como uma forma de dominação masculina nos âmbitos de materialização da vida (KERGOAT, 2009). Ao evidenciarem essa concepção como puramente social, e não biológica, viabilizaram elucidações a respeito da origem da opressão de gênero.

Na primeira parte de *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir (1949) preocupa-se em elencar os fatores condicionantes da mulher como um ser social dotado de alteridade em relação ao homem. Partindo justamente da questão biológica sobre “o que é ser fêmea”, ela expõe o aprisionamento do indivíduo mulher por seu próprio corpo, já que esse é dotado da capacidade reprodutora, e que, portanto, acaba por impor uma série de barreiras a ela para alcançar a liberdade. Porém, a autora frisa a impossibilidade de esse ser um agente capaz de condenar à subalternidade por si só. Desconstrói a concepção naturalizada ao dizer que

¹³ Segundo Kergoat (2009), a ideologia naturalista “relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a ‘papeis sociais’ sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie”.

[...] uma sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia; os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual se refletem os desejos e os temores que traduzem sua atitude ontológica. Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza. (BEAUVOIR, 1949, p. 69).

Tabus e leis condizentes com o funcionamento da sociedade capitalista, que se apropria do corpo feminino para explorá-lo a fim de dominar o trabalho reprodutivo. Sobre esse fato, Federici (2017) discorre sobre a acumulação primitiva do sistema capitalista, e destaca o surgimento das leis de controle de natalidade (como é o caso da criminalização do aborto, vigente em grande parte dos países atualmente). Ao Estado torna-se necessária a gestão populacional para a manutenção do poder das elites capitalistas. Além da submissão dos indivíduos proletariados aos mecanismos de desapropriação de sua força de trabalho, as mulheres pertencentes a essa classe são duplamente exploradas quando a elas é delegada a função de aumentar ou diminuir a quantidade de mão de obra disponível para ser utilizada.

Essa atividade reprodutiva forçada se torna viável pelas mudanças ocasionadas nas configurações das famílias¹⁴, que se desprendem da esfera pública para se estabelecerem como o principal centro da reprodução de força de trabalho, conforme a autora acrescenta:

Complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres (FEDERICI, 2017, p. 193).

Portanto, a atividade feminina é escondida na esfera privada do lar. As funções com valor produtivo na fase de acumulação primitiva que antes as mulheres exerciam, como é o caso das pequenas confecções artesanais, foram expropriadas, porque era primordial submeter em totalidade as mulheres ao controle econômico masculino. Reduzidas a não trabalhadoras, esse processo completou os seus propósitos no século XVIII (FEDERICI, 2017).

Todavia, com o desenvolvimento da sociedade capitalista, os lugares ocupados por ambos os sexos passaram por algumas modificações. Kergoat (2009) evidencia a divisão sexual

¹⁴ Em *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), Friedrich Engels interpreta a perda do controle da maternidade como a derrota definitiva sofrida pelo sexo feminino em relação ao masculino.

do trabalho¹⁵ não como um dado rígido e imutável, mesmo os seus princípios organizacionais mantendo-se ao longo dos séculos. As suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.) variam no tempo e no espaço.

É o que pode ser observado principalmente quando elas adentram o mercado de trabalho a partir das crescentes demandas do capitalismo por mão-de-obra assalariada. Neste momento, deixam as esferas privadas rumo às públicas. Mas esse fato não extirpou a divisão sexual do trabalho na sociedade, já que a maioria das mulheres ainda arca com todo o trabalho doméstico quando cuida da rotina da família, da casa e dos filhos.

No caso do Brasil, os dados obtidos pelo PNAD 2009 revelam que 90% das mulheres que exercem funções remuneradas utilizam 22 horas semanais para realizar tarefas domésticas. Em contrapartida, apenas 49,7% dos homens dizem cumprir tais tarefas, com 9,1 horas destinadas a elas. E a respeito da inclusão da força de trabalho feminina no país, em 1970 houve um salto do percentual de mulheres brasileiras economicamente ativas de 18,5% para 55% em 2000¹⁶. Aqui há a necessidade de salientar, entretanto, que o tipo majoritário das funções ocupadas pelas trabalhadoras na década de 1970 se tratavam de funções mais precarizadas, impostas às pobres, negras e com baixa escolaridade em sua maioria (SOUZA, 2013).

O dado sobre a inserção feminina no mercado demonstra que a divisão sexual do trabalho, mesmo impactando também as mulheres privilegiadas, induz à maior vulnerabilidade de acordo com raça e classe. São as brancas as mais próximas dos padrões de oportunidades dos homens brancos, e as negras, as que integram a porcentagem mais pauperizada da população, acompanhadas de seus filhos (BIROLI, 2018).

O trabalho doméstico detém, portanto, grandes parcelas de horas do cotidiano das mulheres, submetendo-as à esfera do lar e impondo as chamadas duplas jornadas de atuação quando elas assumem as responsabilidades socialmente não destinadas aos homens. Passam a conciliar o trabalho remunerado e o não remunerado concomitantemente, e a sua casa é um fator determinante de influência, porque é onde ela ainda se estabelece enquanto ser social. Também se mostra constante a execução de atividades produtivas na esfera do próprio lar, em especial pelas mulheres pobres e negras, como a venda de marmitas, serviços de corte e costura em geral, já que permitem a flexibilização de horários com as demais ocupações (SOUZA, 2013).

¹⁵ A autora ainda enfatiza os dois princípios organizadores: o da separação (delegar um tipo de trabalho para o homem e outro para a mulher) e o de hierarquização (um trabalho do homem “vale” mais do que um de mulher). São espaços onde o valor social agregado está sempre embutido nas funções exercidas por homens. (KERGOAT, 2009).

¹⁶ Flávia Biroli et al., Gênero e Desigualdades. Ipea, nota técnica: análise feita de 2004-2014.

Compreende-se então que, a partir de qualquer ameaça à moradia, são as mulheres pobres, negras e periféricas as que mais sentem as precariedades das infraestruturas urbanas. Os fatores prejudiciais da habitação vão além da integridade física das casas, porque se soma também às características dos seus entornos, como o acesso ao saneamento básico, transporte, acesso a escolas, a opções de lazer etc. (SOUZA, 2013).

Sobre essas características espoliativas, a autora coloca:

Ora, se o trabalho doméstico e de cuidados é reservado prioritariamente à mulher e as condições de moradia são determinantes na realização desses trabalhos, é possível entendermos por que a moradia reveste-se como um bem de primeira necessidade para as mulheres em geral, tanto na esfera reprodutiva quanto produtiva (SOUZA, 2013, p. 5)

Todos esses fatos tornam evidente a necessidade de mobilização implícita na realidade cotidiana dessas mulheres. Como exposto no capítulo 2 (O cotidiano nos cortiços), quando Joaquina do Socorro¹⁷ foi indagada sobre o porquê da presença massiva feminina na ACC, nas audiências públicas e até mesmo nos mutirões autogestionados de construção do edifício Vanguarda, ela relatou que são elas as que mais sentem as ameaças aos seus lares. Por temerem a desapropriação de suas casas, ou por terem que lidar com condições adversas comprometedoras da saúde e integridade de suas famílias, as mulheres “saem à luta” por melhorias em seus lares. Ainda reforçou seus argumentos ao evidenciar a atuação de Samara Faustino na comunidade como essencial e muito similar ao comportamento de uma mãe, que cuida e defende a casa e a família “colocando muito homem em seu devido lugar”

Na verdade, nos últimos anos têm-se desenvolvido pesquisas no campo das Ciências Sociais, Assistência Social, Direito, Arquitetura e Urbanismo, sobre a presença constante e majoritária feminina nos postos de liderança comunitária em movimentos de reivindicação por moradia. As pesquisadoras encontraram associações similares à ACC em diversas localidades do país, como a Associação de Moradores e Amigos da Vila Itororó (AMAVILA)¹⁸, o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas (MMMO)¹⁹, a ocupação urbana “Arame

¹⁷ Depoimento de Joaquina do Socorro, 73 anos, obtido na primeira visita à padaria Um Só Coração, no dia 21 de setembro de 2019.

¹⁸ Movimento de ocupação no centro de São Paulo, SP. Souza, a partir de suas visitas à ocupação, compõe o artigo “*As mulheres nos movimentos sociais por de moradia*” (2013).

¹⁹ Organização situada em Manaus, AM. No artigo “*Mulheres na luta por moradia: um olhar sustentável sobre a atuação do movimento Orquídeas*” (2014), Sales e Torres discorrem sobre a organização e o papel da mulher na organização e na sociedade.

Cinza”²⁰, e até mesmo o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), uma das maiores organizações em rede de luta por moradia, composto em sua maioria por mulheres²¹. Todas as análises citadas foram feitas a partir da constatação da problemática urbana, porque o engajamento da mulher pobre, negra e periférica nos movimentos por moradia digna é impulsionado pelas circunstâncias degradantes advindas da lógica capitalista. Essa lógica é a responsável por ordenar o espaço das cidades, portanto, esse tema abordado através de uma perspectiva de gênero também é passível de análise especificamente no campo da Geografia.

4.2 A cidade desigual como a materialização da lógica capitalista

As atividades sociais são realizadas nos espaços produzidos e organizados por grupos humanos. Certamente essa prática precede o capitalismo, porque a sua gênese é identificada quando a humanidade deixa de ser coletora e caçadora e passa a criar condições de apropriar-se da natureza (CARLOS, 2011). Porém, com o advento do sistema capitalista, Carlos diz que:

[...] essa produção adquire contornos e conteúdos diferenciados dos momentos históricos anteriores, expande-se territorial e socialmente (no sentido de que penetra em todos os lugares do mundo e em toda a sociedade) incorporando as atividades do homem, redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital. Nesse contexto, o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade. A produção do espaço se insere, assim, na lógica da produção capitalista que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria (CARLOS, 2011, p. 64).

Então, quando as bases da realização da vida são submetidas a um valor de troca, a vida e tudo que se atrela a ela como valor de uso sofre profunda resignificação, já que a instituição da propriedade privada se torna a forma legítima de garantir acesso a itens de sobrevivência. No caso das consequências sofridas pela habitação por causa desse processo, a autora coloca que

O espaço aparece e é vivido de forma distinta quando a habitação torna-se uma mercadoria, quando o ato de habitar passa a ser destituído de sentido, decorrente do fato de que os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, e suas casas se reduzem à mercadoria, passíveis de ser trocadas ou derrubadas (em função do crescimento econômico) (CARLOS, 2011, p. 65).

²⁰ Localizada no município de João Pessoa, PA. Ocupação estudada por Silva, Gomes e Lopes para compor o artigo *O direito à moradia e o protagonismo das mulheres em ocupações urbanas* (2014).

²¹ Dado constante no próprio *site* da organização. Em 2019, lançaram a série “Nós por elas”: conjunto de curtos vídeos em que haviam diversas mulheres atuantes no movimento.

Em uma análise feita da conjuntura mundial e local, a autora compreende o espaço em três tipos de escalas: o espaço mundial, o plano local e a cotidianidade. As cidades se desenvolveriam de acordo com a lógica mundial, uma vez que a globalização é verticalizada e incide no plano do lugar (SANTOS *Apud* CARLOS, 2000). Elas são o lócus da forma mais imediata de materialização capitalista financeira, uma extensão do mundo da mercadoria, afetando o cotidiano de quem as experiencia.

Carlos (2011) complementa que as hierarquias sociais são materializadas de modo a gerar espacialidades igualmente hierarquizadas, desiguais, contraditórias, segregacionistas e fragmentadas, responsáveis por definir as diferenças das classes oprimidas, caras à manutenção do sistema.

Ora, se aplicarmos os mecanismos de garantias de privilégios de uma classe em detrimento de outra, chegamos à conclusão de que o espaço capitalista se torna desigual através de uma questão de classe, raça e gênero. Como demonstrado anteriormente, a relação social de sexo estabeleceu a divisão sexual do trabalho. Essa é uma das bases para a reprodução do sistema, que se materializa gerando o espaço desigual e contraditório, como também um produto dessa opressão. Desse modo, o que se deriva nitidamente são as dicotomias entre os espaços públicos e privados, e a forma como ambos os sexos se apropriam e existem de formas distintas nessas duas esferas sociais. Analisando em específico a realização dessas duas esferas, Ana Fani Carlos (2011) pontua:

Na cidade contemporânea, a contradição espaço público/espaço privado revela a extensão da privação, através da forma jurídica da propriedade privada de riqueza, e traduz-se pela hierarquia social que define o acesso aos lugares da cidade, pontuando a diferenciação entre os indivíduos numa classe. (CARLOS, 2011, p.137)

A autora discorre nesse trecho sobre a submissão intrínseca das parcelas dos indivíduos que são impedidos de ter acesso a lugares que são dominados e privatizados, mas cabe lançar luz às situações elucidadas no presente trabalho sobre a problemática urbana por uma perspectiva de gênero: ao aplicar esse preceito à condição da mulher negra e periférica, compreende-se que o lugar que ela ocupa nos espaços urbanos pauperizados na cidade contemporânea sofre constantes ataques devido à dificuldade de garantia, de seguridade, de suas posses.

Ademais, sobre uma perspectiva do espaço como produto da lógica vigente, Harvey (2008) entende as cidades, desde a sua concepção, como um fenômeno de classes, porque são lugares viabilizados graças à concentração social e geográfica de produto excedente. Ao

acumular capital, prática base do capitalismo, a elite procura investi-lo de diferentes formas no intuito de valorizá-lo²². Por meio de Marx, o autor identifica esse movimento (de dispêndio de capital em busca de mais capital) como a força motriz do sistema, já que objetiva a concentração infinita de riquezas por meio do reinvestimento da mais-valia previamente obtida, num processo dinâmico e de necessidade perpétua de lucro.

Contudo, a acumulação sempre encontra entraves quando intenciona assegurar os seus mecanismos. No caminho percorrido pela parcela de riqueza aplicada, surgem barreiras de diversas modalidades²³ que requerem mudanças nos padrões de circulação para serem transpostas. Harvey (2011) continua ao defini-las como “crises”, impossíveis de serem extirpadas, porque o seu caráter

[...] está mais de acordo com a frequente invocação de Marx sobre o caráter fluido e flexível de desenvolvimento capitalista identificar esse reposicionamento perpétuo de uma barreira à custa de outra e, assim, reconhecer as múltiplas formas em que as crises podem se formar em diferentes situações históricas e geográficas. Também é vital lembrar-se de que as crises assumem um papel fundamental na geografia histórica do capitalismo como “racionalizadores irracionais” de um sistema inerentemente contraditório. As crises são, em suma, tão necessárias para a evolução do capitalismo como o dinheiro, o poder do trabalho e o próprio capital. (HARVEY, 2011, p. 99)

A dinâmica instável, responsável pela eclosão de crises contínuas, origina espaços que são tanto produto como condição das relações sociais desiguais da sociedade. Harvey e Carlos entendem essa prática como um processo de “destruição criativa”: o desmantelamento de um espaço que existe no intuito de gerar outra espacialidade. Assim, o capital excedente encontra novas formas de ser absorvido quando destrói e quando constrói. As barreiras são, de forma paliativa, transpostas.

Nas cidades acontece essa materialização de modo mais rápido e eficaz porque ela conta com uma infraestrutura prévia que possibilita a realização de novos empreendimentos, ou seja, o espaço urbano é condição e produto da reprodução continuada capitalista. Sofre, então, consecutivas modificações de diversas formas, como por exemplo as chamadas “revitalizações urbanas”, que se mostram um expoente nítido dessa prática (CARLOS, 2011). Geralmente são exercidas em bairros que detêm centralidade em relação ao resto da cidade, mas que com a passagem do tempo, as suas construções existentes se deterioraram. O mercado imobiliário,

²² Por meio do consumo, da capacitação de mão de obra, do investimento em infraestruturas e do uso de tecnologias, a elite encontra formas de valorizar o capital excedente investido (HARVEY, 2011).

²³ Essa circulação encontra crises como: a escassez de dinheiro, problemas trabalhistas, desproporcionalidades entre os setores, limites naturais, mudanças tecnológicas organizacionais desequilibradas, indisciplina no processo de trabalho e a falta de demanda efetiva. São problemas que estão no topo da lista (HARVEY, *Ibid.*).

comércio, empresariado e construtoras, unem-se para tornar possíveis os empreendimentos, sempre com o aval do aparato burocrático do poder público. Para Harvey (2003), esse é um processo executado de forma violenta que ele chama de “acumulação por despossessão”, e

[...] é o espelho da absorção de capital pelo desenvolvimento urbano e está causando numerosos conflitos em torno da captura das terras valiosas de populações de baixa renda que nelas puderam viver por muitos anos (HARVEY, 2003, p. 83).

Na cidade de Santos, há o exemplo do projeto Alegria Centro²⁴: a partir do reconhecimento do bairro do Paquetá como patrimônio histórico pelo programa, ameaças constantes de gentrificação são vividas pelos moradores. A primeiro momento, os idealizadores procuravam estabelecer métodos de “revitalizar” o centro histórico por meio de atividades comerciais, culturais e de lazer, sem propor medidas de melhorias às condições de habitação dos residentes no local. Em decorrência da pressão dos moradores, em especial da atuação da ACC e das mulheres, constantemente presentes nas assembleias da prefeitura, acrescenta-se em 2005 no documento oficial o artigo 9 – inciso II: “Incentivar o uso habitacional na Área de Proteção Cultural e na periferia dela” (Prefeitura Municipal de Santos, Lei Complementar nº526, de 17 de março de 2005 *apud* ESKINAZI, 2018). Entretanto, nunca foi especificado como seria colocado em prática. Atualmente o projeto está em vigor e se impõe como uma ameaça à população encortçada. Por isso, a mobilização das lutas por moradia na cidade é exercida pela ACC, e as audiências públicas contam com Samara e as demais mulheres da organização.

Exposta a problemática como um todo, cabe compreender então como as mulheres, por meio de movimentos sociais, vão de encontro à estruturação capitalista dos espaços urbanos e rompem com condições a séculos impostas quando transgridem a partir de ameaças à esfera do lar.

4.3 As mulheres e os movimentos sociais por moradia

Então, como as organizações de bairro, associações e ocupações gestadas por mulheres surgem, adquirem mais adeptas e se firmam perante a produção urbana do espaço? Kowarick (2000), ao estudar diversos grupos urbanos marginalizados, identificou que os núcleos de reivindicações surgiam e se calcificavam em decorrência das fissuras do sistema capitalista,

²⁴ Programa municipal iniciado em 2003 pelo governo de Beto Mansur (PSDB), que concedia incentivos fiscais aos proprietários de imóveis históricos que restaurassem suas fachadas.

porque sempre estão em oposição, de algum modo, à propriedade privada. Quando se estabelecem, têm os recursos e pautas clarividentes, viabilizando confrontos com o aparato público de maior efetividade e envergadura. O autor ainda defende que as bases do engajamento dessas parcelas estão calcadas na espoliação urbana. Nesse sentido:

[...] só pode ser entendida como produção histórica que, ao se alimentar de um sentimento coletivo de exclusão, produz uma percepção de que algo – um bem material ou cultural – está faltando e é socialmente necessário. Dessa forma, a noção contém a ideia de que o processo espoliativo resulta de uma somatória de extorsões, isto é, retirar ou deixar de fornecer a um grupo, categoria ou classe o que estes consideram como direitos seus (KOWARICK, 2000. p. 107).

Ou seja, por meio de um sentimento desestabilizador de injustiça sofrida, o qual Kowarick (2000) chama de espoliação, o indivíduo pauperizado se une aos demais que compõem o seu cotidiano e enfrenta as imposições advindas da lógica estruturante dos espaços. Ao lançarem-se nas discussões do poder público, acabam por interferir na feitura do espaço ao oferecer um contraponto dialético (SOUZA, 2013).

No caso dos movimentos por moradia compostos por mulheres, a questão se agrava e fornece perspectivas sobre quais são os ganhos, numa dimensão social, obtidos pelas atuantes. Se elas são compelidas a esse engajamento em decorrência de uma opressão de gênero, responsável por submetê-las à espera do lar e a perpetuar a divisão sexual do trabalho, por meio da defesa desse mesmo lugar designado e imposto que elas alcançam o empoderamento necessário para se lançarem às esferas públicas. A primeiro momento, o que poderia ser uma condição fixa e imutável (o lar como fardo delegado à condição feminina), passa a ser ressignificado pela luta das mulheres, e se torna ferramenta impulsionadora, a força motriz de suas atuações políticas nas esferas públicas.

No caso da ACC, as mulheres alteram o bairro a partir das ações comunitárias, ocupam a prefeitura, dialogam com o poder público, tomam conhecimento dos aparatos burocráticos e das novas leis em tramitação que atingem diretamente as suas vidas. Apropriam-se, portanto, de espaços urbanos antes inalcançados.

Desse modo, recobram uma parcela, dentro de um campo de possibilidades, do direito à cidade. Esse direito, segundo Harvey:

[...] está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização (HARVEY, 2008, p. 74)

A liberdade de construir e reconstruir a cidade é, para o autor, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. Trazendo o conceito para a presente discussão, entende-se que ao interferir nas medidas públicas e tomar espaços antes inalcançados pelas opressões capitalistas, as mulheres alcançam, dentro do campo de possibilidades, esse direito. Resignificam o lar e a cidade ao se tornarem atrizes sociais de suas próprias pautas.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho compreendeu a atuação das mulheres na Associação dos Cortiços do Centro (ACC), localizada na cidade de Santos, como um expoente que cria brechas para atuar contra a lógica vigente capitalista quando elas recobram o direito à moradia.

Para isso, foi necessária a exposição da gênese e desenvolvimento de Santos enquanto cidade, e as suas contradições inerentes aos processos econômicos de cunho global. Seus espaços contraditórios sempre foram motivos de conflitos sociais e urbanos, responsáveis por fomentar a desigualdade e subjugar a maior parte da população a condições precárias de existência. A habitação se mostra constantemente afetada e pauperizada à medida que a cidade se desenvolve, em decorrência dos ciclos econômicos experienciados pela baixada santista. As antigas construções do centro são cada vez mais abandonadas pela classe abastada, que recorrem a novos bairros, renegando as áreas portuárias.

Surgem, então, os cortiços. Ao usufruírem da centralidade do bairro do Paquetá, as parcelas da população pauperizada encontram locais com preços mais acessíveis para constituírem seus lares. Como foi exposto, arcam com uma série de privações sociais por causa da infraestrutura altamente prejudicada de suas casas. A vulnerabilidade dá as caras em diversos âmbitos, comprovando que os cortiços detêm influência direta no cotidiano de seus moradores.

E por meio da espoliação urbana surge a ACC em seus moldes atuais: por meio da liderança de Samara, o órgão encontra meios de atuar politicamente nas esferas públicas, interferindo na gestão e execução dos projetos empenhados pela Prefeitura Municipal.

Esse fato despertou a atenção para um padrão recorrente nos movimentos do mesmo tipo, em outras localidades do Brasil. Ao investigarem os motivos que levam as mulheres a compor em maioria os órgãos de militância por moradia, atingiu-se as questões concernentes à divisão sexual do trabalho, sendo esse, um fato social consequente do patriarcado.

Os espaços, entendidos como produtos do sistema capitalista, são compostos de modo a reproduzir as lógicas condicionantes, opressivas e desiguais. Cabe, portanto, dizer que são lugares que perpetuam o patriarcado e a continuidade do sistema capitalista. Ao compreender a degradação do centro de Santos, é visível que o processo de crises submeteu à cidade à dinâmica de reabsorção de excedente.

As classes mais vulneráveis são as que mais sofrem com essa reordenação espacial. E esse foi o contexto que mobilizou as mulheres da ACC em torno de formas que rompessem com as condições previamente impostas a elas.

Conclui-se que, a partir de ameaças à esfera do lar, sendo essa um item caro à dominação de sua força de trabalho reprodutiva e responsável pelo ocultamento de sua força de trabalho não produtivo, a mulher se lança às esferas públicas de atuação, antes inalcançadas; se afirma enquanto sujeito social e se empodera ao tomar conhecimento do funcionamento de outros âmbitos que não somente a esfera privada de suas casas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria. **Santos na formação do Brasil: 500 anos de história**. Prefeitura Municipal de Santos, Secretaria Municipal de Cultura; Fundação Arquivo e Memória de Santos. Santos – SP, 2000.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARLOS, Ana Fani. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

ESKINAZI, Bruna. **Condomínio Vanguarda: luta e resistência no centro de Santos-SP**. 160 p. Tese (Mestrado - Área de concentração: Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo 2011.

_____. **O direito à cidade**. In *Revista Lutas Sociais*. São Paulo, n. 29, jul./dez. 2012. p. 73-89

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. p. 595-609

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais do sexo**. In Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KOHARA, Luiz. **Relações entre as condições da moradia e o desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços**. 297 p. Tese (Doutorado - Área de concentração: Habitat) FAUUSP. São Paulo, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LANNA, Ana Lúcia. **A transformação urbana: Santos 1870-1920**. In *REVISTA USP*, n.41, São Paulo, março/maio 1999. p. 98-111

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LOPES, Ana; GOMES, Cárita; SILVA, Phillipe. **O direito à moradia e o protagonismo das mulheres em ocupações urbanas**. In *Revista Gênero e Direito*, 1ª edição. João Pessoa, PB, 2014. p. 180

LOPES, Betralda. **Porto de Santos e a febre amarela**. 181 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

MATOS, Maria Izilda. **Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho**. Estudos Ibero-Americanos, v. XXX, n. 2 Porto Alegre: PUCRS, 2004. p. 9-26.

MELLO, Gisele. **Expansão e estrutura urbana de Santos (SP): aspectos da periferização, da deterioração, da intervenção urbana, da verticalização e da sociabilidade**. 206 p. Tese (Mestrado - Área de concentração: Sociologia) FFLCH - USP. São Paulo, 2008.

PREFEITURA DE SANTOS. **Censo dos moradores dos cortiços: Vila Nova e Paquetá**. Santos, 2003.

_____. Plano de habitação de Santos. Santos, 2009.

SALES, Alessandra; TORRES, Iraildes. **Mulheres na luta por moradia: um olhar sustentável sobre a atuação do Movimento Orquídeas**. In *Redor*, 18ª edição, 2014. Resumo. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

SANTOS, André. **Habitação precária e os cortiços da área central de Santos**. In *Cad. Metrop.*, v.13, n. 26, São Paulo, jul/dez. 2011. p. 549-571

SÃO PAULO (Estado). **Secretaria da Habitação. CDHU. Relatório-Geral do Programa de Atuação em Cortiços. Maio 2012**. Disponível em: <http://www.cdhu.sp.gov.br/download/manual/RelatorioGeralProgramaCorticis.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

SILVA, Mércia. **Mulheres e direito à cidade: dilemas para igualdade de gênero no âmbito das políticas públicas de habitação**. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 13ª edição. Florianópolis: Anais Eletrônicos, 2017.

SOUZA, Amanda. **As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero**. In *Revista Humanidades em Diálogo*, vol. V. São Paulo, 2013.